

O presente estudo teve como finalidade investigar a opinião dos professores acerca dos direitos infantis. Para tanto, foram contatados, por meio de escolas da rede pública e privada de Porto Alegre e interior do estado, 250 professores do Ensino Fundamental. O instrumento utilizado é composto de 12 questões, distribuídas em uma escala Likert de 5 pontos, além de 4 questões do tipo dicotômicas –*sim/não*- que avaliam a ótica dos professores sobre o exercício dos direitos das crianças em seus diversos contextos. Quanto à participação dos docentes em atividades relativas aos direitos da infância, 48,4% afirmaram já ter participado. Na avaliação do quanto os sujeitos eram sensíveis a essas temáticas, 48,8% se mostrou *totalmente de acordo* com que as crianças tenham sempre o direito de expressar livremente o que pensam, sendo que somente 6,2% deles se manifestaram *totalmente em desacordo*. Com relação a avaliação que faziam os docentes sobre a forma como o contexto escolar favorecia o exercício dos direitos das crianças, os professores referem que a escola proporciona uma atenção regular àqueles alunos com baixo rendimento acadêmico. Em contrapartida, os professores referiram estar *bastante satisfeitos* com respeito à igualdade de oportunidades proporcionada pela escola aos alunos. Nessa perspectiva, investigamos o quanto os docentes solicitam à escola ajuda de um especialista frente a algum problema de comportamento de determinado aluno, e constatamos que maioria (65,7%) dos professores *sempre* solicita ajuda a um especialista. Constatou-se também que os docentes mostraram bastantes críticos quanto à orientação que a família proporciona a seus filhos sobre temáticas relacionadas aos direitos humanos.